Jacob Gorender

Marxismo sem utopia, São Paulo, Ática, 1999, 288 p.

Armando Boito Jr. e Caio Navarro de Toledo
(professores do Departamento de Ciência Política da Unicamp)

I. Este novo livro de Jacob Gorender articula uma grande massa de dados sobre a economia e a sociedade capitalista neste final de século XX, desenvolve discussões e teses relevantes e polêmicas e apóia-se numa bibliografia atualizada. Em inúmeras questões abordadas, o autor tem ainda o mérito de retomar o debate do problema na história do pensamento marxista e de confrontar esse "estado da arte" com a situação do capitalismo contemporâneo. Trata-se de leitura importante para todos os marxistas, intelectuais e militantes socialistas.

O livro está dividido em três partes. Na primeira, Gorender faz um balanço crítico da teoria marxista, centrado nas teses referentes à teoria da história e à transição ao socialismo. Critica a visão teleológica da história e defende o papel do acaso na transformação social, examina as diferenças entre a transição ao capitalismo e a transição ao socialismo, critica a atribuição de uma missão histórica ao proletariado e sustenta a impossibilidade de extinção do Estado. Esse balanço da teoria tem o objetivo de extirpar o que, para ele, seriam os componentes *utópicos* do pensamento de Marx e dos clássicos do marxismo.

Na segunda parte, faz um balanço da história do século XX. Examina a experiência da Revolução Russa, o modelo soviético sob Stalin – modelo que ele considera socialista ("socialismo de Estado") – e analisa as transformações do capitalismo no final deste século. Defende a excepcionalidade da conjuntura russa de 1917 e da revolução que dela se originou. Sustenta que o capitalismo no pós-Segunda Guerra teria se transformado num ultra-imperialismo, que praticamente eliminaria a possibilidade de guerra entre as potências imperialistas.

Na terceira parte, examina as condições atuais da luta pelo socialismo e discute as características que deverão assumir a revolução socialista e a construção do socialismo. Nessa parte, defende outras tantas teses polêmicas. Considera que o operariado é "ontologicamente reformista" e atribui à "classe dos assalariados intelectuais" o papel de vanguarda na luta pelo socialismo. Sustenta que o Estado, o mercado e a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual deverão permanecer na sociedade socialista-comunista.

Acreditamos que, com o resumo acima, oferecemos ao leitor uma idéia geral e sumária do livro de Gorender. Sendo impossível discutir, no espaço de uma

resenha, as principais idéias expostas no livro, pretendemos aqui polemizar particularmente com aquelas teses referentes à transição ao socialismo.

II. Ao se perguntar sobre o *agente social* que teria interesse e capacidade política para romper com o capitalismo na direção de uma sociedade socialista, sem dominação e exploração de classe, Gorender descarta a classe operária na medida em que a experiência histórica teria demonstrado ser ela "ontologicamente reformista". Certamente há aqueles que, rejeitando a tese de Gorender, consideram que a classe operária ou a "classe trabalhadora" seria, ao contrário, "ontologicamente revolucionária". Embora essa formulação se oponha à de nosso autor, no fundo ela permanece ainda no mesmo terreno teórico da tese criticada. Nós entendemos, porém, que do ponto de vista das categorias históricas e dialéticas do marxismo, o equívoco de Gorender – e de alguns de seus críticos – é mais profundo. Ele reside na própria utilização da noção de *ontologia*, uma noção carregada de essencialismo e comprometida filosoficamente com a metafísica.

Na perspectiva materialista, uma classe social é definida *tanto* pela sua inserção nas relações de produção, *quanto* por sua constituição efetiva num coletivo que trava lutas concretas, dentro de um sistema de relações de classe e num período histórico determinado. Nesse sentido, a posição *reformista* ou *revolucionária* do proletariado deve ser determinada tendo em vista a sua situação concreta numa formação social e num período histórico específicos. Lenin considerava que o proletariado *tendia* espontaneamente para o reformismo mas, ao mesmo tempo, salientava que as *condições objetivas* – por exemplo, uma "crise revolucionária" – e a atuação da vanguarda revolucionária poderiam converter a classe operária na força dirigente da revolução socialista. De resto, o leitor também poderá se perguntar: como combinar o *essencialismo* da noção de ontologia com a promessa, anunciada pelo autor na primeira parte do seu livro, de introduzir o "princípio da incerteza" no processo histórico? Gorender entende ser fundamental a crítica da "visão teleológica da história" que estaria presente nos clássicos do marxismo; no entanto, acreditamos que a idéia leninista de uma conjuntura singular, como pré-condição da ação revolucionária do proletariado, é mais compatível com uma visão relativamente aberta do processo histórico do que aquelas perspectivas teóricas que se utilizam de noções essencialistas para compreender a prática social da classe operária.

Quando sustenta a impossibilidade de o proletariado dirigir a revolução socialista, Gorender faz um balanço das posições de Marx e de Engels sobre o tema, e analisa também o que seria a crescente diferenciação no universo do trabalho assalariado e o declínio numérico do proletariado industrial no capitalismo contemporâneo. Convém advertir que esse percurso, a rigor, seria, da perspectiva *ontológica* do autor, perfeitamente dispensável: se o proletariado é "ontologicamente reformista", desnecessário se torna lançar mão de mudanças recentes do capitalismo para a discussão dessa matéria. Mas como Gorender realiza essa incursão, façamos breves comentários críticos sobre ela.

No que diz respeito à interpretação da obra de Marx e de Engels, é certo que

a idéia segundo a qual a expansão do capitalismo produziria o aumento constante, absoluto e relativo, do proletariado industrial, já está presente no *Manifesto do Partido Comunista.* Porém, no livro I d'*O Capital*, Marx rompe com essa tese. N'*O Capital*, Marx apresenta uma análise mais complexa da relação entre o desenvolvimento do capitalismo e o contingente de operários. No capítulo XXIII, denominado "A lei geral da acumulação capitalista", Marx destaca que o aumento da composição orgânica do capital, isto é, a substituição de *trabalho vivo* por *trabalho morto* que é própria do desenvolvimento do capitalismo, pode reduzir em termos relativos, e até absolutos, o contingente de operários. Nos *Grundrisse*, como mostrou Martin Nicolaus em seu ensaio *O Marx desconhecido*, Marx apresenta o crescimento das classes médias como uma tendência da estrutura de classes da sociedade capitalista. A leitura crítica de Marx não pode reintroduzir, pelas portas dos fundos, a leitura canônica. A teoria de Marx não está pronta na década de 1840; a pesquisa dos anos 1850 e 1860 introduziram novidades e rupturas nos textos de Marx.

Em relação às transformações do capitalismo contemporâneo, duas observações podem ser feitas. Em primeiro lugar, seria necessária uma reflexão mais apurada sobre a questão do contingente de operários. Houve alguma sociedade em que o operariado chegou a ser maioria? Qual a importância do número? A classe mais numerosa de todas as sociedades humanas, ao longo de milhares de anos, foi o campesinato e, no entanto, o campesinato não foi capaz de dirigir a transformação revolucionária das sociedades que viviam da exploração do seu trabalho. O proletariado russo era uma minoria quase insignificante em 1905 e em 1917; no entanto foi a base social fundamental dos partidos socialistas e criou os conselhos operários, produzindo a situação de duplo poder.

Em segundo lugar, não é possível aceitar sem questionamento a tese de Claus Offe segundo a qual as classes trabalhadoras seriam mais heterogêneas hoje do que o foram em fases anteriores do capitalismo, e que essa heterogeneidade seria responsável pelo refluxo ou declínio do movimento operário. De um lado, há divisões antigas no seio da classe operária e das classes trabalhadoras que desapareceram ou se atenuaram; assim, teríamos, nesse caso, uma redução, e não um crescimento, da heterogeneidade. Até os anos 1920, a divisão entre operários qualificados e não-qualificados repercutia no nível da organização sindical, cindindo a classe operária em duas: os trabalhadores qualificados e organizados e os trabalhadores não-qualificados mantidos à margem do sindicalismo. Até os anos 1950, os trabalhadores de classe média nem sequer possuíam movimento sindical. Hoje, essas duas profundas divisões não existem mais. De outro lado, há divisões que hoje atuam de modo pesado na cisão do movimento dos trabalhadores que nada têm a ver com as recentes transformações do capitalismo. Teríamos nesse caso uma heterogeneidade muito antiga que, *em decorrência da presente conjuntura*, adquiriu importância nova. Para darmos apenas um exemplo, a distinção entre trabalhadores do setor público e trabalhadores do setor privado, tão explorada pelos governos neoliberais para confundir e dividir o movimento operário

e popular, é uma distinção secular e, no entanto, é hoje que ela está evidenciando seu potencial divisionista.

A classe operária, em particular, e as classes trabalhadoras, em geral, sempre foram heterogêneas, e o proletariado nunca foi maioria da população. Seria mais produtivo perguntar se não são as situações históricas particulares que permitem, ou não, a constituição do proletariado em classe. Interrogar sobre tais situações e extrair seus elementos comuns – trabalho teórico iniciado por Lenin quando elaborou o conceito de *crise revolucionária* – parece-nos o caminho mais produtivo para se perguntar sobre a capacidade política do proletariado.

III. Gorender não acredita na capacidade revolucionária da classe operária mas, nem por isso, deixou de apostar na possibilidade da revolução. Ele entende que o capitalismo do final do século XX gerou um novo "sujeito revolucionário", que seria a "classe dos assalariados intelectuais". Gorender destaca o crescimento desse setor das classes trabalhadoras e sua importância no processo econômico do capitalismo atual. Perguntamos: por que acreditar na possibilidade de a classe dos assalariados intelectuais vir a lutar pelo socialismo? Que *interesses* possuiriam nessa luta? Por que teriam *capacidade* para dirigi-la? Segundo o próprio autor, os assalariados intelectuais estão, no período atual, integrados à ordem capitalista. Ainda segundo Gorender, o socialismo, embora deva manter a divisão social do trabalho, deveria acabar com os privilégios sociais e econômicos usufruídos pelos trabalhadores intelectuais. Ora, por que esperar que tais privilegiados venham a dirigir a luta contra seus próprios privilégios?

A inserção dos "assalariados intelectuais" no processo econômico possibilitou a sua constituição como uma força social hostil à socialização dos meios de produção nas revoluções do século XX. A historiografia sobre a Revolução Russa e a Revolução Chinesa mostra, com riqueza de detalhes, a resistência, ora aberta, ora difusa, dos trabalhadores não-manuais às medidas que visavam reduzir ou eliminar as diferenças sociais e econômicas entre os trabalhadores manuais e os não-manuais, inclusive aquelas que visavam democratizar a gestão da produção no interior das unidades fabris. No caso da Revolução Russa, é sabido que Lenin, depois de muito refletir, posicionou-se por uma linha de concessões salariais aos antigos engenheiros, técnicos e administradores, para que eles voltassem ao trabalho – e à própria Rússia, já que muitos haviam emigrado – e o Poder Soviético pudesse, assim, retomar a produção que estava à beira do colapso.

A razão para apostar nos trabalhadores assalariados intelectuais parece ser, segundo o livro de Gorender, a possibilidade de uma "conscientização revolucionária" desses trabalhadores "diante dos horrores do capital"(p. 232). Em alguns momentos do texto, Gorender questiona a fundamentação moral na luta revolucionária. Mas essa mesma crítica não poderia, nesse ponto, lhe ser endereçada? Afinal, são razões de ordem moral e ideológica (os "horrores do capital" ou a "barbárie capitalista") que explicariam a luta dos "novos incluídos" contra um modo de produção que, embora não os insira no âmbito da classe dominante, coloca-os numa posição vantajosa, ma-

terial e espiritualmente, diante dos trabalhadores manuais.

IV. Nossas observações críticas, pois, centraram-se na questão dos agentes sociais interessados na revolução socialista e capazes de dirigir essa revolução. Tema correlato a esse que discutimos é a concepção de socialismo de Gorender, que comporta a perenidade do Estado, do mercado e da divisão entre trabalho manual e trabalho não-manual. É claro que o objetivo (socialismo com Estado e com manutenção dos técnicos e administradores no posto de comando) está organicamente ligado aos meios (a classe dos assalariados intelectuais, e não operariado, como força dirigente da revolução). Mas o espaço não permite que prolonguemos a discussão. Ficam as observações acima como uma contribuição para a polêmica que este importante livro está atualmente suscitando nos meios de esquerda.

Ricardo Antunes

Os sentidos do trabalho — ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.
São Paulo, Boitempo, 1999.

Isabel Loureiro (professora do Departamento de Filosofia da Unesp, *campus* de Marília)

Em face dos intermináveis ataques que os trabalhadores vêm sofrendo no mundo inteiro é muito bem vindo o novo livro de Ricardo Antunes, uma reflexão ampla e rigorosa dando prosseguimento ao seu livro anterior (*Adeus ao trabalho?*, São Paulo, Cortez/Unicamp, 1995), e que visa mais uma vez mostrar como o trabalho continua no centro da sociabilidade contemporânea. A defesa dessa tese é feita tanto no plano empírico quanto no teórico, os quais se interpenetram continuamente ao longo do texto – como vamos procurar expor aqui rapidamente.

Apoiado em Mészáros (*Beyond Capital*), Antunes mostra que no "sistema de metabolismo social do capital" (p. 23) prevalece a subordinação do valor de uso ao valor de troca, ou seja, nesse sistema todas as necessidades sociais devem estar subordinadas à expansão e acumulação do capital (donde seu dinamismo), sendo por isso "ontologicamente incontrolável" (p. 23) e minado por uma crise estrutural que, nos seus próprios termos, não tem solução. Na medida em que, para se reproduzir, o capital precisa do trabalho, "sujeito real da produção" (p. 25), não é possível pensar num processo produtivo capitalista totalmente automatizado e sem trabalhadores.

Outra faceta da crise é que esse sistema totalizante e incontrolável "assume cada vez mais uma lógica essencialmente destrutiva" (p. 25), que se acentuou no capitalismo contemporâneo e deu origem ao que Mészáros chama "taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas" (p. 25). Uma mercadoria pode não ter utilidade alguma, jamais ser usada, e